Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2025

Demonstrações financeiras intermediárias Em 30 de junho de 2025

## Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	18
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	63

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025 da MAPFRE Vida S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras Intermediárias estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro 2021, e alterações posteriores, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

#### Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos no semestre de 2025 totalizaram R\$ 418,2 milhões com decréscimo de R\$ 18,2 milhões ou -4% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao trabalho de saneamento da carteira de corretores e canais deficitários.

#### Sinistralidade

A sinistralidade foi de 56,6%, redução de 7,2p.p. em relação ao semestre de 2024, a melhora na sinistralidade é observada na carteira de coletivos, resultado do trabalho de saneamento.

#### Despesas administrativas

As despesas administrativas sobre o prêmio ganho em 2025 foram de 16,3%, acréscimo de 6,0p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente do aumento em serviços de terceiros e provisões trabalhistas compartilhadas em 2024.

#### Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 35,4 milhões, aumento de 18% em relação ao mesmo semestre do ano anterior, decorrente principalmente do aumento da taxa SELIC no período.

#### Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no primeiro semestre de 2025, foi de 96,7%, aumento de 4,4p.p. em relação aos 92,2% do semestre de 2024. Esta variação decorre, principalmente devido à redução em prêmio ganho reflexo dos trabalhos de saneamento, e aumento nas despesas administrativas no período.

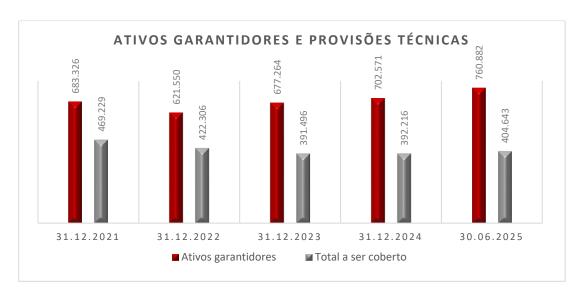
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2025 foi de 87,3%, aumento de 2,3p.p. em relação aos 84,9% do mesmo período do semestre anterior.

#### Resultado do semestre

O resultado totalizou no semestre de 2025 um lucro de R\$ 26,4 milhões, redução de R\$ 10,2 milhões, em relação ao período de 2024, em decorrência da piora do índice combinado.

#### Declaração de capacidade financeira

A MAPFRE Vida S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



#### Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

#### Sustentabilidade

Para contribuir com um futuro mais sustentável, a MAPFRE procura adotar práticas que auxiliem na preservação do meio ambiente e assegurem a resiliência de seus negócios. Também buscamos ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo sua acessibilidade entre os públicos mais vulneráveis e ampliando sua abrangência com produtos focados na longevidade.

Para isso, contamos com o Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que nos permite integrar os aspectos Ambiental, Social e Governança - ASG ao negócio, com metas para gestão da pegada ambiental, promoção da economia circular, desenvolvimento de políticas inclusivas, aumento da acessibilidade aos seguros, atenção à pegada social e gestão de produtos, investimentos e subscrição comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

O grande destaque do primeiro semestre de 2025 foi o lançamento do Floresta MAPFRE, uma iniciativa ambiental emblemática que vai contribuir para a meta global da MAPFRE, de alcançar a neutralidade em carbono em suas operações até 2030. Com o plantio de 42 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, numa área de quase 30 hectares, dentro do Parque Estadual Carlos Botelho, em São Paulo, teremos a captura de 5 mil toneladas de CO2, que permitirão à MAPFRE compensar integralmente suas emissões em 2028.

Também demos continuidade aos projetos MAPFRE na Favela, com a oferta de três produtos de seguros de impacto social para o empreendedor de baixa renda que reside em favela, e MAPFRE Sênior, que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos idosos com a oferta de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público. Com esses projetos, reafirmamos nosso papel como agente transformador da sociedade, promovendo a acessibilidade ao seguro e garantindo a inclusão de todos os públicos.

#### **FUNDACIÓN MAPFRE**

A *Fundación* MAPFRE trabalha ativamente no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, com a realização de atividades nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social e Ação Social.

Um dos focos do nosso trabalho está no estabelecimento de parcerias públicas com Secretarias de Educação, Saúde e Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos Estaduais de Trânsito – fundamentais para que possamos atingir um número cada vez maior de pessoas em diferentes localidades.

No primeiro semestre de 2025, a *Fundación* MAPFRE completou 50 anos de atividades na Espanha, com uma trajetória marcada por desafios sociais, conquistas e superação. No Brasil, os programas desenvolvidos no período beneficiaram mais de 324 mil pessoas de forma presencial e geraram um impacto superior a 3,7 milhões no ambiente digital, por meio de conteúdos educativos disponibilizados em plataformas digitais e redes sociais, contribuindo para o bem-estar da sociedade, para a prevenção e redução de sinistros no trânsito, para o acesso à informação, para o incentivo à inovação e à pesquisa e para ampliar a diversidade cultural.

#### Controles internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processos.

#### Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

#### Governança de dados e segurança da informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n°13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

#### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

#### A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

**MAPFRE Vida S.A.** 

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme aplicável a auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.b) às demonstrações financeiras intermediárias que apresenta correção de erros em decorrência, substancialmente, do não reconhecimento contábil da Provisão de Excedentes Técnicos PET nas Demonstrações Financeiras originalmente apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Desta forma, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNeR, PDR, PPNG-RVNE e PET) e do Teste de adequação de passivos

Veja as Notas nos 3(k), 3(l), 18, 19 e 21 das demonstrações financeiras intermediárias

#### Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e resseguros nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de despesa relacionada (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) e Provisão de Excedente Técnico (PET). Para mensurar o teste de adequação de passivos e as referidas provisões técnicas, a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros citadas como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação metodologia e premissas relevantes relacionadas.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de monitoramento e aprovação dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguro de PSL, IBNR, IBNER, PDR, PPNG-RVNE e PET;
- (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:
- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR, IBNeR, PDR, PPNG-RVNE e PET) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora;
- na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e PPNG-RVNE) e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem.
- no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões de IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas;
- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (RVNE, IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e

- na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio da razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base.
- (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados dos prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;
- (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas de seguro, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de resseguro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável;
- (v) recálculo da provisão de excedente técnico, com base em amostragem, considerando as informações contratuais aplicáveis, tais como percentuais de excedente técnico, despesas administrativas, comissão, entre outros, bem como inspeção da documentação suporte relativa ao resultado técnico dos respectivos contratos; e
- (vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Veja as Notas nos 3(q) e 25(b) das demonstrações financeiras intermediárias

#### Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros.

Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários.
- (ii) obtenção da análise de monitoramento da realização dos créditos tributários para a data-base 30 de junho de 2025 elaborado pela Administração, comparação com a expectativa de realização constante no estudo anterior; e

Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuro.

(iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é
  aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas
  ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras
  intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes.
   Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

MAPFRE Vida S.A.
Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Circulante		429.413	363.405
Disponível	5	326	108
Caixa e bancos		326	108
Equivalentes de caixa	5	803	1.573
Aplicações	6	224.720	190.429
Créditos das operações com seguros e resseguros		154.291	121.960
Prêmios a receber	7	118.949	92.082
Operações com seguradoras	8	19.451	20.955
Operações com resseguradoras	9a	15.891	8.923
Outros créditos operacionais		12.364	14.590
Ativos de resseguro	9a	10.390	7.769
Títulos e créditos a receber		17.736	17.484
Títulos e créditos a receber		7.582	6.712
Créditos tributários e previdenciários	25b	7.212	8.295
Outros créditos		2.942	2.477
Despesas antecipadas		331	94
Custos de aquisição diferidos	10	8.452	9.398
Seguros		8.452	9.398
Ativo não circulante		788.185	783.577
Realizável a longo prazo		749.591	743.326
Aplicações	6	536.162	512.142
Créditos das operações com seguros e resseguros		824	543
Prêmios a receber	7	824	543
Ativos de resseguro	9a	3.312	3.343
Títulos e créditos a receber		208.553	227.277
Créditos tributários e previdenciários	25b	203.525	221.746
Depósitos judiciais e fiscais	22a	5.028	5.531
Custos de aquisição diferidos	10	740	21
Seguros		740	21
Investimentos		868	840
Participações societárias		654	626
Imóveis destinados a renda		214	214
Imobilizado	11	2.843	2.876
Imóveis de uso próprio		2.843	2.876
Intangível	12	34.883	36.535
Outros intangíveis		34.883	36.535
Total do ativo		1.217.598	1.146.982

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Circulante		360.931	336.433
Contas a pagar		30.038	45.242
Obrigações a pagar	13	13.995	33.192
Impostos e encargos sociais a recolher		3.191	3.779
Encargos trabalhistas		9.952	7.460
Impostos e contribuições	14	2.900	811
Débitos de operações com seguros e resseguros		72.481	62.255
Operações com seguradoras		19.240	20.041
Operações com resseguradoras	9b	19.852	10.066
Corretores de seguros e resseguros	15	25.177	21.505
Outros débitos operacionais	16	8.212	10.643
Depósitos de terceiros	17	7.316	6.673
Provisões técnicas – seguros	18	251.096	222.263
Danos		38	38
Pessoas		212.789	199.187
Vida Individual		38.269	23.038
Passivo não circulante		232.821	230.339
Provisões técnicas – seguros	18	219.547	216.330
Pessoas		209.064	210.439
Vida Individual		10.483	5.891
Outros débitos	22	13.274	14.009
Provisões judiciais		13.274	14.009
Patrimônio líquido	23	623.846	580.210
Capital social		505.166	505.166
Reserva legal		8.214	8.214
Reserva investimentos		108.113	108.113
Ajustes de avaliação patrimonial		(24.028)	(41.283)
Lucros acumulados		26.381	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.217.598	1.146.982

Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Resultado	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Prêmios emitidos	24b	418.185	436.375
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	24c	(41.091)	(25.573)
(=) Prêmios ganhos	24a	377.094	410.802
(-) Sinistros ocorridos	24d	(213.296)	(261.817)
(-) Custos de aquisição	24e	(72.076)	(63.550)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24f	(6.424)	2.284
(-) Resultado com resseguro	24g	(1.448)	(5.326)
(+) Receita com resseguro		16.696	11.060
(-) Despesas com resseguro		(18.144)	(16.386)
(-) Despesas administrativas	24h	(61.299)	(42.038)
(-) Despesas com tributos	24i	(9.993)	(8.473)
(+) Resultado financeiro	<b>24</b> j	35.374	29.984
(+) Resultado patrimonial		33	29
(=) Resultado operacional		47.965	61.895
(=) Resultado antes dos impostos e participações		47.965	61.895
(-) Imposto de renda	25a	(11.441)	(15.047)
(-) Contribuição social	25a	(6.941)	(9.200)
(-) Participações sobre o resultado		(3.202)	(1.054)
(=) Lucro líquido do semestre		26.381	36.594
(/) Quantidade de ações		55.471.444	55.471.444
(=) Lucro líquido por ação em reais		0,48	0,66

Demonstrações dos resultados abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do semestre	26.381	36.594
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	17.255	(10.414)
Variação no valor justo dos ativos financeiros	28.688	(17.999)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	70	385
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes	(11.503)	7.200
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	43.636	26.180

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	_	Reservas de lucros				
	Capital social Res		Reserva de investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	505.166	5.280	74.362	(14.508)	-	570.300
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	-	-	-	(10.799)	-	(10.799)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	-	149	-	149
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	36.594	36.594
Saldo em 30 de junho de 2024	505.166	5.280	74.362	(25.158)	36.594	596.244
Saldo em 1º de janeiro de 2025 (reapresentado)	505.166	8.214	108.113	(41.283)	-	580.210
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	-	-	-	17.213	-	17.213
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	-	42	-	42
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	26.381	26.381
Saldo em 30 de junho de 2025	505.166	8.214	108.113	(24.028)	26.381	623.846

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	26.381	36.594
Ajustes para:	244.664	279.573
Depreciação e amortização	5.234	3.326
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.533	(2.932)
Custos de aquisição diferidos	227	4.124
Variações das provisões técnicas	248.387	280.305
Variação das provisões técnicas de resseguro	(17.314)	(13.706)
Tributos diferidos	6.978	9.476
Variação das provisões judiciais	(353)	(998)
Outros ajustes	(28)	(22)
Variação nas contas patrimoniais:	(244.933)	(329.081)
Aplicações	(29.623)	(5.474)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(34.671)	(29.410)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	14.724	10.148
Créditos tributários e previdenciários	823	(71)
Despesas antecipadas	(237)	(82)
Outros ativos	786	(52.261)
Depósitos judiciais e fiscais	503	(960)
Impostos e contribuições	11.262	13.769
Obrigações a pagar	(5.255)	(9.216)
Débitos de operações com seguros e resseguros	10.927	(6.419)
Depósitos de terceiros	643	(2.157)
Provisões técnicas - seguros	(216.337)	(249.221)
Provisões judiciais	(382)	(765)
Outros passivos	1.904	3.038
Caixa gerado pelas operações	26.112	(12.914)
Imposto de renda pago	(5.306)	(10.690)
Contribuição social sobre o lucro líquido paga	(3.867)	(7.101)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.939	(30.705)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(3.549)	(1.460)
Intangível	(3.549)	(1.460)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.549)	(1.460)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(13.942)	(14.890)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(13.942)	(14.890)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(552)	(47.055)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.681	49.281
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.129	2.226

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

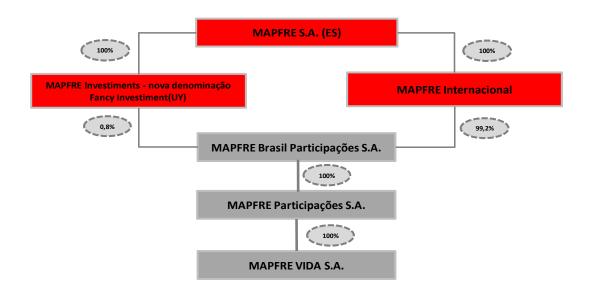
#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., doravante designada por "Seguradora", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em seguros e cosseguros nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e cadastrada no CNPJ nº 54.484.753/0001-49.

A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Seguradora é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES).

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 30 de junho de 2025, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2025.

#### b) Retificação de erro

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, originalmente apresentado nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência, substancialmente, de correção pelo não reconhecimento contábil da Provisão de Excedentes Técnicos - PET, relacionada a um grupo específico de apólices de seguro de vida em grupo nas Demonstrações Financeiras para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024, cujo contrato operacional foi firmado em dezembro de 2024.

Adicionalmente, foi corrigido o erro relacionado ao reconhecimento da Provisão de Sinistros a Liquidar e ativo de resseguro correspondente, em função da intempestividade na interface entre os sistemas operacionais de sinistro e o sistema contábil.

Abaixo, o resumo dos ajustes desta correção nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas:

#### Balanço patrimonial

Ativo         Saldos anteriormente publicados         Ajustes         Saldos reapresentados           Ativo circulante         361.962         1.443         363.405           Créditos das operações com seguros e resseguros         121.960         -         121.960           Outros créditos operacionais         13.981         609         (i)         14.590           Ativos de resseguro         7.757         12         (ii)         7.769           Outros – ativo circulante         218.264         822         (i)         219.086           Ativo não circulante         781.997         1.580         783.577           Ativos de resseguro         3.331         12         (ii)         3.343           Títulos e créditos a receber         225.709         1.568         227.277           Créditos tributários e previdenciários         220.178         1.568         (iii)         221.746           Depósitos judiciais e fiscais         5.531         -         5.531           Outros – ativo não circulante         552.957         -         552.957           Total do ativo         1.143.959         3.023         1.146.982           Passivo         20.178         10.499         336.433           Contas a pagar         48.716
Créditos das operações com seguros e resseguros       121.960       -       121.960         Outros créditos operacionais       13.981       609       (i)       14.590         Ativos de resseguro       7.757       12       (ii)       7.769         Outros – ativo circulante       218.264       822       (i)       219.086         Ativo não circulante       781.997       1.580       783.577         Ativos de resseguro       3.331       12       (ii)       3.343         Títulos e créditos a receber       225.709       1.568       227.277         Créditos tributários e previdenciários       220.178       1.568       (iii)       221.746         Depósitos judiciais e fiscais       5.531       -       5.531         Outros – ativo não circulante       552.957       -       552.957         Total do ativo       1.143.959       3.023       1.146.982          Passivo         Passivo circulante       325.934       10.499       336.433
Outros créditos operacionais       13.981       609       (i)       14.590         Ativos de resseguro       7.757       12       (ii)       7.769         Outros – ativo circulante       218.264       822       (i)       219.086         Ativo não circulante       781.997       1.580       783.577         Ativos de resseguro       3.331       12       (ii)       3.343         Títulos e créditos a receber       225.709       1.568       227.277         Créditos tributários e previdenciários       220.178       1.568       (iii)       221.746         Depósitos judiciais e fiscais       5.531       -       5.531         Outros – ativo não circulante       552.957       -       552.957         Total do ativo       1.143.959       3.023       1.146.982         Passivo         Passivo circulante       325.934       10.499       336.433
Ativos de resseguro 7.757 12 (ii) 7.769  Outros – ativo circulante 218.264 822 (i) 219.086  Ativo não circulante 781.997 1.580 783.577  Ativos de resseguro 3.331 12 (ii) 3.343  Títulos e créditos a receber 225.709 1.568 227.277  Créditos tributários e previdenciários 220.178 1.568 (iii) 221.746  Depósitos judiciais e fiscais 5.531 - 5.531  Outros – ativo não circulante 552.957 - 552.957  Total do ativo 1.143.959 3.023 1.146.982  Passivo  Passivo  Passivo circulante 325.934 10.499 336.433
Outros – ativo circulante         218.264         822         (i)         219.086           Ativo não circulante         781.997         1.580         783.577           Ativos de resseguro         3.331         12         (ii)         3.343           Títulos e créditos a receber         225.709         1.568         227.277           Créditos tributários e previdenciários         220.178         1.568         (iii)         221.746           Depósitos judiciais e fiscais         5.531         -         5.531           Outros – ativo não circulante         552.957         -         552.957           Total do ativo         1.143.959         3.023         1.146.982           Passivo           Passivo circulante         325.934         10.499         336.433
Ativo não circulante       781.997       1.580       783.577         Ativos de resseguro       3.331       12 (ii)       3.343         Títulos e créditos a receber       225.709       1.568       227.277         Créditos tributários e previdenciários       220.178       1.568 (iii)       221.746         Depósitos judiciais e fiscais       5.531 -       5.531       5.531         Outros – ativo não circulante       552.957 -       552.957       552.957         Total do ativo       1.143.959       3.023       1.146.982         Passivo         Passivo circulante       325.934       10.499       336.433
Ativos de resseguro       3.331       12 (ii)       3.343         Títulos e créditos a receber       225.709       1.568       227.277         Créditos tributários e previdenciários       220.178       1.568 (iii)       221.746         Depósitos judiciais e fiscais       5.531 -       5.531       5.531         Outros – ativo não circulante       552.957 -       552.957         Total do ativo       1.143.959       3.023       1.146.982         Passivo         Passivo circulante       325.934       10.499       336.433
Títulos e créditos a receber         225.709         1.568         227.277           Créditos tributários e previdenciários         220.178         1.568 (iii)         221.746           Depósitos judiciais e fiscais         5.531 -         5.531           Outros – ativo não circulante         552.957 -         552.957           Total do ativo         1.143.959 3.023         1.146.982           Passivo           Passivo circulante         325.934 10.499         336.433
Créditos tributários e previdenciários         220.178         1.568 (iii)         221.746           Depósitos judiciais e fiscais         5.531         -         5.531           Outros – ativo não circulante         552.957         -         552.957           Total do ativo         1.143.959         3.023         1.146.982           Passivo           Passivo circulante         325.934         10.499         336.433
Depósitos judiciais e fiscais         5.531         -         5.531           Outros – ativo não circulante         552.957         -         552.957           Total do ativo         1.143.959         3.023         1.146.982           Passivo           Passivo circulante         325.934         10.499         336.433
Outros – ativo não circulante         552.957         -         552.957           Total do ativo         1.143.959         3.023         1.146.982           Passivo           Passivo circulante         325.934         10.499         336.433
Total do ativo 1.143.959 3.023 1.146.982  Passivo Passivo circulante 325.934 10.499 336.433
Passivo Passivo circulante 325.934 10.499 336.433
Passivo circulante 325.934 10.499 336.433
Contas a pagar 48.716 (3.474) 45.242
Outras contas a pagar 44.431 - <b>44.431</b>
Impostos e contribuições 4.285 (3.474) (iii) <b>811</b>
Débitos de operações com seguros e resseguros 60.839 1.416 62.255
Operações com seguradoras/resseguradoras e corretores de seguros e resseguros 51.612 - 51.612
Outros débitos operacionais 9.227 1.416 (i) 10.643
Provisões técnicas – seguros 209.706 12.557 (i)/(ii) 222.263
Outros – passivo circulante 6.673 - 6.673
Passivo não circulante 229.975 364 230.339
Provisões técnicas – seguros 215.966 364 (ii) 216.330
Outros – passivo não circulante 14.009 - 14.009

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Patrimônio líquido	588.050	(7.840)	580.210
Reservas de lucros	124.167	(7.840)	116.327
Outros – patrimônio líquido	463.883	-	463.883
Total do passivo e patrimônio líquido	1.143.959	3.023	1.146.982

				31/12/2024
Resultado	Saldos anteriormente publicados	Ajuste	es	Saldos reapresentados
Prêmios emitidos	815.614	-		815.614
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(7.203)	(12.196)	(i)	(19.399)
(=) Prêmios ganhos	808.411	(12.196)		796.215
(-) Sinistros ocorridos	(524.427)	(725)	(ii)	(525.152)
(-) Custos de aquisição	(133.405)	` -	• •	(133.405)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	(8.739)	(807)	(i)	(9.546)
(-) Resultado com resseguro	(8.913)	` 24	(ii)	(8.889)
(+) Receita com resseguro	23.747	24	• •	23.771
(-) Despesas com resseguro	(32.660)	-		(32.660)
(-) Despesas administrativas	(82.929)	-		(82.929)
(-) Despesas com tributos	(16.396)	637	(iii)	(15.759)
(+) Resultado financeiro	64.570	-		64.570
(+) Resultado patrimonial	86	-		86
(=) Resultado operacional	98.258	(13.067)		85.191
(=) Resultado antes dos impostos e participações	98.258	(13.067)		85.191
(-) Imposto de renda	(22.493)	3.267	(iii)	(19.226)
(-) Contribuição social	(14.406)	1.960	(iii)	(12.446)
(-) Participações sobre o resultado	(2.658)	-	. ,	(2.658)
(=) Lucro líquido do exercício	58.701	(7.840)		50.861
(/) Quantidade de ações	55.471.444	` ,		55.471.444
(=) Lucro líquido por ação	0,92			1,06
Demonstrações dos resultados abrangentes	Saldos anteriormente publicados	Ajustes		Saldos reapresentados
Lucro líquido do exercício	58.701	(7.840)		50.861
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	(26.775)	-		(26.775)
Variação no valor justo dos ativos financeiros	(45.026)	-		(45.026)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Resultado abrangente do exercício, líquido dos

sobre outros resultados abrangentes

impostos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Não há impacto nos montantes de caixa líquido gerado / (consumido) das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nos fluxos de caixa.

401

17.850

24.086

17.850

31.926

(7.840)

#### c) Continuidade

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Reconhecimento da Provisão de Excedente Técnico e demais obrigações e direitos oriundos do contrato operacional relacionado;

<sup>(</sup>ii) Reconhecimento da Provisão de Sinistros a Liquidar e ativo de resseguro correspondente em função da intempestividade na interface entre os sistemas operacionais de sinistro e o sistema contábil.

<sup>(</sup>iii) Efeitos tributários oriundo dos referidos ajustes;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

#### d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

#### e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; e *ii.* informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 3f Classificação dos contratos de seguro;
- Notas 3j, 3k,18,19 e 21 Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 3b e 6 Aplicações e ativos financeiros;
- Notas 3l e 22 Provisões judiciais; e
- Notas 3p e 25 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos.

#### f) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e no passivo circulantes, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou no passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou no passivo não circulantes.

#### g) Novas normas e interpretações

• Lei 15.040/2024 – Lei do contrato de seguros – foi publicada em 10 de dezembro de 2024, estabelece o novo Marco Legal dos Contratos de Seguros Privados no Brasil, com vigência a partir de 11 de dezembro de 2025.

A referida lei promove alterações significativas na disciplina dos contratos de seguros, abordando temas relacionados a:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

- Risco e interesse legítimo;
- Recebimento do prêmio;
- Regras de aceitação e renovação;
- Despesas de Contenção e Salvamento;
- Direitos do segurado;
- Tratamento de sinistros, prazo de regulação e indenização;
- Prescrição; e,
- Contratos de resseguro.

Os impactos e a necessidade de adequações na operação já estão sendo mapeados e tratados.

• Lei nº 15.079/2024 - publicada em 30 de dezembro de 2024, institui o adicional da CSLL no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). As regras são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026, quando a carga tributária efetiva sobre lucro for inferior a 15%.

A Lei estabelece os parâmetros da "Qualified Domestic Minimum Top-up Tax" (QDMTT), que prioriza o país de origem dos lucros na aplicação da tributação mínima sobre a renda. O objetivo é assegurar que o País receba arrecadação tributária mínima condizente com os lucros por ela auferidos, evitando-se assim o deslocamento da base tributária entre países (DLL).

A consolidadora responsável por monitorar o Pilar 2 é MAPFRE S.A., entidade investidora final das demonstrações financeiras. Os estudos elaborados até a presente data não identificaram impactos de carga tributária sobre o lucro consolidado no Brasil inferior a marca dos 15% estabelecido.

#### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### b) Ativos financeiros

São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante à avaliação se o ativo apresenta

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de SPPI (Solely Payment of Principal and Interest).

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos.

#### i. Mensuradas a custo amortizado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (SPPI - Solely Payment of Principal and Interest).

#### ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

#### iii. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*), são classificados como VJR.

#### i. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c.

#### ii. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### c) Redução ao valor recuperável

#### i. Ativos financeiros

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou default, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato.

Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Seguradora utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN* (*International Securities Identification Number*) das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

#### ii. Operações de seguros e resseguros

Conforme exigido na Circular SUSEP n° 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações, a Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de prêmios a receber mediante estudo interno. O estudo técnico considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, segregados entre tipo de contrato (direto ou cosseguro aceito), por vigência do risco (vigente ou decorrido), por faixas de vencimento e agrupamentos de ramos similares de prêmios a receber.

A Redução ao Valor Recuperável é reconhecida sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões líquidas de custos de aquisição diferida - CAD, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e IOF.

O montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber pela sociedade seguradora, sendo que a metodologia trata tanto as parcelas vencidas quanto as parcelas vincendas, seja de clientes adimplentes ou devedores em atraso.

A Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cuja contraparte são resseguradores mediante estudo interno. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 5 (cinco) anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perda em função do rating da contraparte.

#### iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

#### d) Investimentos

Os investimentos são compostos por participações societárias da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT S.A.

Os imóveis destinados a renda são mensurados pelo custo histórico de aquisição com base na vida útil estimada, deduzida das respectivas depreciações e perdas por *impairment*, (quando aplicável), mantidos com o objetivo de geração de renda por meio de aluquéis.

#### e) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por reduzido pela depreciação acumulada e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 11.

#### f) Intangível

Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 12.

#### g) Classificação dos contratos de seguro

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando há risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

#### h) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base *"pro rata-die"* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

#### i) Resseguro

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Na operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excessivo e cede a um ressegurador uma parte ou toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, junto a terceiros, o que contribui para a segurança do mercado.

Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo apropriadas no resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional".

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa n° 3c *ii*.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

#### j) Custos de aquisição diferidos

São compostos substancialmente por valores referentes às comissões e aos agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 25 (vinte e cinco) meses.

#### k) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 (vinte e quatro) meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, incluindo atualizações monetárias e juros. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência.

A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

método do desenvolvimento das despesas pagas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

#### I) Teste de adequação dos passivos - TAP

A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de Seguro, a Resolução CNSP n° 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações e Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, cancelamento, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro.

Para a projeção dos fluxos dos ativos de resseguro de sinistros já conhecidos, consideramos a melhor estimativa dos sinistros finais recuperados, calculados a partir do triângulo de *run-off*, para os Demais ativos de resseguro, foi considerado o percentual observado de cessão, compreendidos até os últimos 36 (trinta e seis) meses de análise.

Para avaliação do Teste de Adequação de Passivos, optou-se por agrupar os riscos expostos de acordo com as similaridades dos grupos de contratos em seus respectivos ramos.

Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixas, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 (cinco) anos de análise por grupos de contratos. O resultado das principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	ETTJ SUSEP: Livre de Risco pré-fixada e Cupons de IPCA.
Taxa de juros contratada para passivos	Obrigações não indexadas.
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA e PRÉ.
Sinistralidade (Consolidada)	62,59%
Despesas administrativas	7,58%
Comissão de prêmio futuro	5,35%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base. Conforme resultado segregado por grupos de contratos líquido de resseguro:

	Resultado TAP (PPNG)			
Grupos de contratos	Registrados	Não registrados		
Vida	4.831	65.160		
Vida Individual	23.067	9.061		
PCC contabilizada	_	_		

#### m) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação.

As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

#### n) Benefícios aos empregados

#### i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

#### ii. Obrigações com aposentadorias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

#### iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-empregados e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa, calculados e provisionados no valor de R\$ 17.

#### o) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem substancialmente as receitas e as despesas com apólices e contratos de seguros.

#### p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e que estão reconhecidos no resultado.

#### q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

O tributo diferido corresponde às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, bases tributárias negativas e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos.

Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos tributários correntes, que se relacionam a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### r) Participações nos lucros

A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamentos referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

#### Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluídas empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

- a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.
- c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

- Conselho de Administração: é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- Comitê de Auditoria: é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras intermediárias, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Comitê de Direção: tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e, ainda, desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Seguradora;
- Comitê de Investimentos: tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e
- Comissão de Riscos: com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

#### Risco de subscrição

A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e, consequentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras, que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela de os riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

#### Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	30/06/2025				30/06/2024			
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)		Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)	
Centro Oeste	139.150	33%	139.150	35%	164.224	38%	164.224	39%
Nordeste	20.426	5%	20.426	5%	16.674	4%	16.674	4%
Norte	1.983	1%	1.983	1%	1.533	0%	1.533	0%
Sudeste	215.162	51%	196.777	49%	203.315	46%	185.797	45%
Sul	41.673	10%	40.044	10%	50.220	12%	49.270	12%
Total	418.394	100%	398.380	100%	435.966	100%	417.498	100%

<sup>(\*)</sup> As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ (209) (R\$ 409 em 30 de junho de 2024).

#### Sensibilidade do risco de subscrição

<sup>(\*\*)</sup> Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ 373 (R\$ 418 em 30 de junho de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem as operações de seguros, foram consideradas na análise; os impactos são considerados brutos e líquidos de resseguro.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

- a) Sinistralidade: Simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da empresa, este percentual é atualizando anualmente com base no comportamento do desvio médio da sinistralidade observada.
- b) Despesas administrativas: Simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da empresa, esse percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da seguradora.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

		30/06/2025 Impacto no resultado/Patrimônio líquido (bruto de impostos)			
Fator de risco		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro		
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(48.016)	(45.233)		
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(10.219)	(10.219)		

#### Risco de crédito

É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

#### Exposição ao risco de crédito de seguro e resseguro

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admitida MAPFRE RE *Compañia de Reaseguros* S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE *Compañia de Reaseguros* S.A.

#### Prêmio cedido aos resseguradores:

				30/06/2025		30/06/2024			
Rating	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	
A+	9.225	4.130	6.659	20.014	9.127	3.508	5.833	18.468	
Total	9.225	4.130	6.659	20.014	9.127	3.508	5.833	18.468	
(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ 373 (R\$ 418 em 30 de junho de 2024).									

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's e Moody's*.

Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna.

#### Gerenciamento do risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor´s, Fitch Ratings* e *Moody´s*, como demonstrado no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

	30/06/2025				31	/12/2024
Ativos financeiros - Rating	AAA	Sem rating	Total	AAA	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	760.031	-	760.031	702.577	-	702.577
Caixa/contas a pagar/receber	-	851	851	-	(6)	(6)
Total	760.031	851	760.882	702.577	(6)	702.571

<sup>(\*)</sup> Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 43.948 (R\$ 52.938 em 31 de dezembro de 2024) com lastro em títulos públicos.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e, também, para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e, também, às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

#### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

#### Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Seguradora acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica. E segregamos a suficiência de liquidez numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez						
>= 100%	Cumprimento total					
< 100% - 90%	Zona Verde					
< 90% - 30%	Zona Amarela					
< 30%	Zona Vermelha					
Total a ser coberto (nota 20) (a)		404.643				
Ativos garantidores (nota 20) (b)		760.882				
Fator de risco de liquidez (c)		8,00%				
Risco de liquidez (d)=(a)*(c)		32.371				
Verde		3.237				
Amarelo		19.423				
Vermelho		9.711				
Provisão a cobrir + risco de liquidez (	e)=(a)+(d)	437.014				
Índice de liquidez (b)/(e)		1,74				
Suficiência (b)-(e)		323.868				
Classificação do nível de liquidez		Cumprimento total				

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características do papel e o cenário

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

macroeconômico vigente. O passivo foi calculado por meio de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto.

Não obstante da Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição da faixa do fluxo acima de 5 (cinco) anos que, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

		30/06/2025
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	274.412	264.544
Fluxo de 1 a 5 anos	615.086	252.529
Fluxo acima de 5 anos	1.536	79.516
Total	891.034	596.589

<sup>(\*)</sup> O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras, prêmios a receber de parcelas não vencidas e operações com resseguradores. As aplicações classificadas nas categorias valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora. Foram consideradas LFTs no valor R\$ 68.140 como ativos de liquidez imediata na composição do fluxo de ativos até 1 ano, para efeito de enquadramento do ALM.

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Seguradora, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 840 (3.699 em 31 de dezembro de 2024) frente a um patrimônio de R\$ 760.882 (R\$ 702.571 em 31 de dezembro de 2024) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor justo.

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado é de 1,29 anos (1,50 em 31 de dezembro de 2024) está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos,

<sup>(\*\*)</sup> O fluxo de passivos considera as provisões técnicas bruto de resseguro, e os débitos das operações com seguros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

#### Sensibilidade a taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os títulos indexados ao fator de risco da taxa de juros em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 760.882 (R\$ 702.571 em 31 de dezembro de 2024), incluindo operações compromissadas.

	30/06/2025
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado
	(bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(17.494)
b) Redução de taxas	18.267

Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

#### Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

#### Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da Seguradora que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Com a publicação da Resolução CNSP nº 467/2024, de 25 de abril de 2024, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

Consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

Cibernético;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e de Governança.

Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos.

#### Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos e, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

#### Gestão de capital

No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora.

A Seguradora tem o capital de risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco – CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Patrimônio líquido (a)	623.846
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(654)
Despesas antecipadas	(331)
Créditos tributários - prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido	(153.626)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(14.200)
Ativos intangíveis	(34.883)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(3.206)
1. Ajustes contábeis (b)	(206.900)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	399
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	16.739
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	17.138
PLA - Nível I	387.555
PLA - Nível II	17.139
PLA - Nível III	29.391
Subtotal PLA - Nível (d)	434.085
Limitador CMR - PLA Nível I	387.555
Limitador CMR - PLA Nível II	17.139
Limitador CMR - PLA Nível III	26.334
Subtotal PLA - Limitador (e)	431.028
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível II e PLA de Nível III (f = e - d)	(3.057)
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis + ajustes econômicos + ajustes do excesso de	
nível II e III (g = a+b+c+f)	431.027
5. Capital mínimo requerido	
Capital base (CB)	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	175.560
Capital de risco de subscrição	167.142
Capital de risco de crédito	9.837
Capital de risco operacional	1.943
Capital de risco de mercado	4.977
Correlação entre os riscos	(8.339)
Capital mínimo requerido (h)	175.560
Suficiência de capital (i = g - h)	255.467
Suficiência de capital (i / h)	145,5%
Índice de solvência (j = g / h)	2,46

# 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	326	108
Equivalentes de caixa	803	1.573
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.129	1.681

# 6. APLICAÇÕES

## a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

			Vencime	ento			Ativo	s			To	otal	
Títulos	Hierarquia a	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2025	%	31/12/2024	%
	valor justo	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	•	49.822	172.864	1.183	851	224.720	224.670	224.720	50	224.720	30%	170.999	24%
Fundos de investimentos		49.822	172.864	1.183	851	224.720	224.670	224.720	50	224.720	100%	170.999	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	5.874	165.504	68	-	171.446	171.396	171.446	50	171.446	76%	109.951	64%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	7.360	1.115	-	8.475	8.475	8.475	-	8.475	4%	8.116	5%
Operações compromissadas (*)	2	43.948	-	-	-	43.948	43.948	43.948	-	43.948	20%	52.938	31%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	851	851	851	851	-	851	0%	(6)	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	536.162	-	-	536.162	576.680	536.162	(40.518)	536.162	70%	531.572	76%
Carteira administrada		-	536.162	-	-	536.162	576.680	536.162	(40.518)	536.162	100%	531.572	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	536.162	-	-	536.162	576.680	536.162	(40.518)	536.162	100%	531.572	100%
Total		49.822	709.026	1.183	851	760.882	801.350	760.882	(40.468)	760.882	100%	702.571	100%

<sup>(\*)</sup> Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

## b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

#### c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

#### d) Taxa de juros contratada

		30/06/2025		31/12/2024
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	15,21%	12,06%	15,67%	10,42%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,16%	6,18%	12,16%	6,18%
Operações compromissadas (*)	14,90%	14,87%	12,15%	12,12%
(*) Operações compromissadas com lastro e	m títulos públicos.			

#### e) Movimentação das aplicações

	31/12/2024	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	170.999	321.817	(281.232)	-	13.136	224.720
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	531.572	-	(45.766)	28.688	21.668	536.162
Total	702.571	321.817	(326.998)	28.688	34.804	760.882
				Aiuste a		
	31/12/2023	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	30/06/2024
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	31/12/2023 149.683	Aplicações 338.938	(369.247)		Rendimentos 9.942	30/06/2024 129.316
, ,						

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

#### 7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

## a) Prêmios por segmento

_			30/06/2025			31/12/2024
Ramos	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Vida em grupo	82.640	(7.713)	74.927	73.932	(5.626)	68.306
Pessoas individual	39.568	(2.861)	36.707	19.722	(1.973)	17.749
Acidentes pessoais coletivo e individual	5.154	(1.041)	4.113	5.168	(939)	4.229
Demais ramos	4.344	(318)	4.026	2.630	(289)	2.341
Total	131.706	(11.933)	119.773	101.452	(8.827)	92.625

<sup>(\*)</sup> Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3c ii.

## b) Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial	92.625	80.101
(+) Prêmios emitidos	566.731	661.560
(+) IOF	1.881	2.014
(-) Prêmios cancelados	(52.535)	(111.149)
(-) Recebimentos	(485.823)	(526.239)
<ul><li>(-/+) Constituição/Reversão da redução ao valor recuperável</li></ul>	(3.106)	(3.013)
Saldo final	119.773	109.300

## c) Composição de prêmios a receber por prazo

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	72.013	74.401
A vencer de 31 a 60 dias	5.760	5.213
A vencer de 61 a 120 dias	9.601	2.603
A vencer de 121 a 180 dias	9.170	1.854
A vencer de 181 a 365 dias	10.780	2.361
A vencer acima de 365 dias	824	543
Total a vencer	108.148	86.975
Vencidos até 30 dias	3.312	2.436
Vencidos de 31 a 60 dias	4.365	1.689
Vencidos de 61 a 120 dias	3.385	360
Vencidos de 121 a 180 dias	168	182
Vencidos de 181 a 365 dias	229	387
Vencidos acima de 365 dias	166	596
Total vencidos	11.625	5.650
Total	119.773	92.625

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios o prazo médio é de 23 (vinte e três dias).

## 8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	30/06/2025	31/12/2024
Sinistro a recuperar de cosseguro cedido	19.751	20.936
Outros	-	1.380
Redução ao valor recuperável (RVR)	(300)	(1.361)
Total	19.451	20.955

## 9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

#### a) Ativo

	30/06/2025	31/12/2024
Recuperação de sinistros	15.891	8.923
Total	15.891	8.923
	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	6.664	7.251
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	158	174
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	4.059	3.171
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	2.036	9
Risco vigente não emitido - RVNE	445	240
Provisão de despesas relacionadas - PDR	340	243
Total	13.702	11.088

## b) Passivo

	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios cedidos em resseguro	20.285	10.351
Comissões a recuperar	(433)	(285)
Total	19.852	10.066

#### c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

		30/06/2025
Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	
(nota 24b)	(nota 24g)	Retenção
418.394	20.014	95,22%
		30/06/2024
Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	
(nota 24b)	(nota 24g)	Retenção
435.966	18.468	95,76%
	(nota 24b) 418.394  Prêmio emitido líquido (*) (nota 24b)	(nota 24b)         (nota 24g)           418.394         20.014           Prêmio emitido líquido (*) (nota 24g)           (nota 24b)         (nota 24g)

<sup>(\*)</sup> Não inclui RVNE no valor de R\$ (209) (R\$ 409 em 30 de junho de 2024).

## 10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

<sup>(\*\*)</sup> Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 373 (R\$ (418) em 30 de junho de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Ramos	30/06/2025	31/12/2024
Vida em grupo	8.289	8.285
Acidentes pessoais coletivos	890	1.022
Pessoas individual	13	112
Total	9.192	9.419
Circulante	8.452	9.398
Não circulante	740	21
	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial	9.419	12.687
Constituições	51.337	47.751
Reversões	(51.564)	(51.875)
Saldo final	9.192	8.563

# 11. IMOBILIZADO

						Custo de a	ıquisição	Depreciação a	umulada	
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Imóveis	2%	4.531	(1.688)	2.843	2.876	-	-	(33)	-	2.843
Equipamentos	20%	5.328	(5.328)	-	-	-	-	-	-	-
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.621	(2.621)	-	-	-	-	-	-	-
Total		12.480	(9.637)	2.843	2.876	-	-	(33)	-	2.843
									30	0/06/2024
						Custo de a	quisição	Depreciação a	umulada	
	T 1 -1-	041-	D ! ~ -	\/-I	0-1-1-					0-1-1-

30/06/2025

				Custo de a	quisição	Depreciação ao	umulada	<u> </u>		
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Imóveis	2%	4.531	(1.622)	2.909	2.942	-	_	(33)	-	2.909
Equipamentos	20%	5.328	(5.328)	-	2	_	-	(2)	-	-
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.621	(2.621)	-	-	-	_	-	_	-
Total		12.480	(9.571)	2.909	2.944	-	-	(35)	-	2.909

# 12. INTANGÍVEL

								30/06/2025
Desenvolvimentos internos	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Desenvolvimento de sistemas	20%	156.024 <b>156.024</b>	(121.141) <b>(121.141)</b>	34.883 <b>34.883</b>	36.535 36.535	3.549 <b>3.549</b>	(5.201) <b>(5.201)</b>	34.883 34.883 30/06/2024
Desenvolvimentos internos	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Desenvolvimento de sistemas	20%	147.294 <b>147.294</b>	(112.182) <b>(112.182)</b>	35.112 <b>35.112</b>	36.943 36.943	1.460 <b>1.460</b>	(3.291) <b>(3.291)</b>	35.112 35.112

# 13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores	7.090	8.556
Compartilhamento de despesas	2.464	1.472
Participação nos lucros	4.090	9.053

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Total	13.995	33.192
Outras contas a pagar	351	169
Dividendos a pagar	-	13.942

# 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Imposto de renda	4.987	13.257
Antecipação de imposto de renda	(3.808)	(13.257)
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.092	8.864
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(2.349)	(8.718)
COFINS	841	571
PIS	137	94
Total	2.900	811

#### 15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	30/06/2025	31/12/2024
Acidentes pessoais coletivos	1.245	871
Pessoas individual	23	199
Vida em grupo	10.099	9.710
Total comissões emitidas	11.367	10.780
Comissões a pagar	13.810	10.725
Total	25.177	21.505

#### 16. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

São compostos por valores de comissão de agenciamento, estipulante e pró-labore a pagar conforme demonstrado por ramos abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024 _(reapresentado)
Acidentes pessoais coletivos	498	659
Vida em grupo	7.713	9.984
Total	8.211	10.643

#### 17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações com seguradoras.

	30/06/2025	31/12/2024
De 0 a 30 dias	6.208	5.847
De 31 a 60 dias	625	541
De 61 a 120 dias	483	250
Acima de 121 dias	-	35
Total	7.316	6.673

# 18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

									30/06/2025
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	rovisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	suf	Provisão de os ocorridos, mas não icientemente ados – IBNeR	Provis des relacio	pesas	Provisão de Excedente técnico - PET	Total
Saldo inicial	50.679	231.811	121.674		11.170		9.050	14.209	438.593
Constituições	418.185	-	3.279		-		844	15.433	437.741
Diferimento pelo risco									
decorrido	(392.527)		-		-			-	(392.527)
Aviso e ajustes de sinistros	-	202.664	-		-		1.709		204.373
Pagamentos	-	(212.812)	-		-	(	1.858)	(1.667)	(216.337)
Atualizações monetárias	-	3.890	-				-	-	3.890
Reversões	-	-	-		5.090		-	-	(5.090)
Saldo final	76.337	225.553	124.953		6.080		9.745	27.975	470.643
									30/06/2024
Provisões técnicas - seguros	Provisão d prêmios nã ganhos PPNG + RVN	o Provisão de sinistros :	e sir a ocorrido		sinistros occ	as não mente	Provisão despe relaciona - F	sas Provisão de	Total
Saldo inicial	49.39	8 248.17	3 1	15.563		10.851	6.	857 1.310	432.152
Constituições	436.37	5	9	4.886		344	2.	404 2.206	446.224
Diferimento pelo risco decorrid	o (413.008	3)	-	-		-			(413.008)
Aviso e ajuste de sinistros		- 244.08	6	-		-	3.	446 -	247.532
Pagamentos		- (244.964	.)	-		-	(3.1	157) (1.100)	(249.221)
Atualizações monetárias		- (443	,	-		-			(443)
Saldo final	72.76	5 246.86°	1 1	20.449		11.195	9.	550 2.416	463.236

						30/06/2025
Provisões técnicas – resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	249	7.251	3.171	198	243	11.112
Constituições	20.388	-	888	(40)	-	21.236
Diferimento pelo risco decorrido	(18.156)	-	-	` _	-	(18.156)
Aviso e ajuste de sinistros	` <i>-</i>	14.126	-	-	111	`14.237
Sinistros pagos a recuperar	-	(14.710)	-	-	(14)	(14.724)
Redução ao valor recuperável	-	(3)	-	-	` -	(3)
Saldo final	2.481	6.664	4.059	158	340	13.702

						30/06/2024
Provisões técnicas – resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	-	4.678	3.092	107	208	8.085
Constituições	18.877	-	26.617	3.416	-	48.910
Diferimento pelo risco decorrido	(16.231)	-	-	-	-	(16.231)
Aviso e ajuste de sinistros	· -	10.781	-	-	72	10.853
Sinistros pagos a recuperar	-	(10.126)	-	-	(22)	(10.148)
Reversões	-	-	(26.479)	(3.347)	-	(29.826)
Saldo final	2.646	5.333	3.230	176	258	11.643

<sup>(\*)</sup> Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 170.810 (R\$ 185.726 em 30 de junho de 2024) e valores de retrocessão destacados nas constituições.

#### 19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações

<sup>(\*\*)</sup> Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.969 (R\$ 1.379 em 30 de junho de 2024).

Bruto de resseguro

Nove anos ou mais após o aviso

Estimativa de sinistros incorridos em 30 de junho de 2025

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado nesse mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como esse montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora.

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

Ano do aviso do sinistro

Montante estimado para os sinistros	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	1.054.506	391.802	451.421	512.707	578.114	781.120	551.976	517.718	523.873	222.697	222.697
Um ano após o aviso	1.056.435	387.651	441.791	508.008	566.413	777.484	551.702	511.699	509.003		509.003
Dois anos após o aviso	1.072.996	387.096	444.651	509.208	564.997	780.248	552.052	512.009			512.009
Três anos após o aviso	1.005.948	389.871	442.926	508.130	559.051	778.373	551.515				551.515
Quatro anos após o aviso	956.567	387.604	445.743	499.289	551.130	777.528					777.528
Cinco anos após o aviso	956.940	389.262	442.225	494.389	547.328						547.328
Seis anos após o aviso	960.973	387.997	439.574	493.766							493.766
Sete anos após o aviso	958.521	385.233	440.028		•						440.028
Oito anos após o aviso	953.336	385.638									385.638
Nove anos ou mais após o aviso	956.701		•								956.701
Estimativa de sinistros incorridos em 30 de junho 2025	956.701	385.638	440.028	493.766	547.328	777.528	551.515	512.009	509.003	222.697	5.396.213
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2025	912.276	378.088	429.111	475.236	531.408	757.667	532.593	491.419	489.993	172.926	5.170.717
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	44.425	7.550	10.917	18.530	15.920	19.861	18.922	20.590	19.010	49.771	225.496
Provisão agregada de sinistros (*)											140.778
Retrocessão											57
Passivo reconhecido no balanço patrimonial											366.331
		Ano do aviso do sinistro									
Montante de sinistros pagos	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	669.983	288.944	354.684	396.513	469.686	703.296	485.571	459.148	457.490	172.926	172.926
Um ano após o aviso	744.991	345.774	410.250	456.665	517.211	748.737	528.505	490.555	489.993		489.993
Dois anos após o aviso	783.083	355.582	416.681	462.811	524.081	754.023	531.733	491.419			491.419
Três anos após o aviso	827.599	359.701	420.839	467.865	527.634	756.954	532.593				532.593
Quatro anos após o aviso	855.496	365.200	423.970	472.178	530.080	757.667					757.667
Cinco anos após o aviso	881.107	370.485	427.194	474.806	531.408						531.408
Seis anos após o aviso	893.564	375.170	428.507	475.236							475.236
Sete anos após o aviso	904.774	377.548	429.111								429.111
Oito anos após o aviso	910.232	378.088									378.088
Nove anos ou mais após o aviso	912.276		•								912.276
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2025	912.276	378.088	429.111	475.236	531.408	757.667	532.593	491.419	489.993	172.926	5.170.717
Líquido de resseguro						viso do s	inistro				
Montante estimado para os sinistros	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	1.022.829	387.203	445.895	504.715	569.875	768.542		494.831	500.704	206.794	206.794
Um ano após o aviso	1.026.296	383.032	436.217	498.745	558.680	758.383	530.448	489.092	487.411		487.411
Dois anos após o aviso	1.043.610	382.342	438.958	499.943	555.501	761.064	530.910	489.503			489.503
Três anos após o aviso	974.759	384.835	437.258	498.664	549.563	759.094	530.303				530.303
Quatro anos após o aviso	924.970	382.568	440.068	489.821	541.678	758.280					758.280
Cinco anos após o aviso	925.212	384.039	436.639	484.859	537.873						537.873
Seis anos após o aviso	928.951	382.793	433.952	484.228							484.228
Sete anos após o aviso	926.504	380.010	434.402								434.402
Oito anos após o aviso	921.159	380.407									380.407
	004 700										004 700

380.407 434.402 484.228 537.873 758.280 530.303 489.503 487.411 206.794 5.233.921

924.720

924.720

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Pagamentos efetuados até 31 de dezembro de 2024	880.375	372.872	423.515	465.823	521.989	738.504	511.990	469.399	469.841	160.781	5.015.089
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	44.345	7.535	10.887	18.405	15.884	19.776	18.313	20.104	17.570	46.013	218.832
Provisão agregada de sinistros (*)											136.221
Retrocessão											57
Passivo reconhecido no balanço patrimonial											355.110

	Ano do aviso do sinistro										
Montante de sinistros pagos	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	648.177	285.322	349.710	389.636	463.182	691.344	466.515	439.809	439.749	160.781	160.781
Um ano após o aviso	719.674	341.338	404.837	447.498	509.572	729.936	507.954	468.640	469.841		469.841
Dois anos após o aviso	756.031	351.076	411.267	453.642	515.201	734.964	511.164	469.399			469.399
Três anos após o aviso	796.926	354.875	415.243	458.516	518.224	737.809	511.990				511.990
Quatro anos após o aviso	824.821	360.374	418.374	462.829	520.661	738.504					738.504
Cinco anos após o aviso	850.396	365.602	421.598	465.392	521.989						521.989
Seis anos após o aviso	861.672	369.955	422.912	465.823							465.823
Sete anos após o aviso	872.882	372.333	423.515								423.515
Oito anos após o aviso	878.327	372.872									372.872
Nove anos ou mais após o aviso	880.375										880.375
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2024	880.375	372.872	423.515	465.823	521.989	738.504	511.990	469.399	469.841	160.781	5.015.089

<sup>(\*)</sup> Refere-se ao montante das provisões de IBNR, IBNeR,e PDR o qual não é possível segregar por sinistros.

## 20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

		31/12/2024
	30/06/2025	(reapresentado)
Provisões técnicas	470.643	438.593
Direitos creditórios	(54.779)	(34.814)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(11.221)	(10.838)
Total a ser coberto	404.643	392.941
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	224.720	170.999
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	536.162	531.572
Total de ativos garantidores	760.882	702.571
Suficiência	356.239	309.630

## 21. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

## a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

-				30/06/2025				31/12/2024
	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
Provável	547	52.989	39.667	370	554	62.115	43.345	262
Possível	2.366	279.040	114.429	1.486	2.465	298.729	123.651	1.939
Remota	224	13.177	16.714	113	185	20.728	1.774	35
Total	3.137	345.206	170.810	1.969	3.204	381.572	168.770	2.236

O prazo médio para pagamento de sinistros judiciais é de 55 (cinquenta e cinco) meses.

## b) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	30/06/2025	30/06/2024
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	6.579	10.568
Montante de valores provisionados de ações judiciais pagas no período corrente	26.002	47.486
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	23.097	15.942

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas

1.490

1.463

#### 22. PROVISÕES JUDICIAIS

## a) Composição

	Provisões	s judiciais	Depósitos judiciais (*)		
Natureza	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	
Trabalhistas	1.168	2.186	42	40	
Cíveis	12.106	11.823	998	996	
Fiscais	-	-	2.608	2.528	
PIS/COFINS	-	-	2.608	2.528	
Outros	-	-	166	43	
Total	13.274	14.009	3.814	3.607	

<sup>(\*)</sup> Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 1.214 (R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2024).

# b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

			30/06/2025			31/12/2024
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
Trabalhistas	2	1.168	1.168	2	2.186	2.186
Provável	2	1.168	1.168	2	2.186	2.186
Cíveis	952	36.767	12.106	838	35.550	11.823
Provável	280	12.106	12.106	288	11.823	11.823
Possível	586	19.731	-	460	14.280	-
Remota	86	4.930	-	90	9.447	-
Fiscais	3	29.297	-	3	29.017	-
Possível	3	29.297	-	3	29.017	-
Total	957	67.232	13.274	843	66.753	14.009

#### c) Movimentação

	30/06/2025				30/	06/2024
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	2.186	11.823	14.009	768	12.070	12.838
Constituições/Reversões	(1.084)	33	(1.051)	1.567	(3.344)	(1.777)
Pagamentos	· -	(382)	(382)	(12)	(753)	(765)
Atualização monetária	66	632	698	82	697	779
Saldo final	1.168	12.106	13.274	2.405	8.670	11.075

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas com estimativas de até 5 (cinco) anos dos desembolsos.

Incidência da taxa Selic - Lei nº 14.905/2024, considerando a experiencia nas decisões proferidas nos processos e a incerteza da lei no que tange à retroatividade da aplicação da nova Taxa Legal de juros para as ações judiciais originadas antes da sua entrada em vigor, incluindo os processos iniciados após a vigência da lei, entendemos no nosso melhor julgamento, que o critério de atualização deveria tomar como base a entrada em vigor da lei 14.905/24 para todas as ações judiciais em andamento, ou seja, aplicar a taxa de forma híbrida com aplicação de 1% (um por cento) ao mês até agosto de 2024 e, a partir de setembro de 2024, pela SELIC (–) IPCA para todo o estoque judicial cível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

**Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços por meio de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

**Cíveis** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

**Fiscais** - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda dessas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos com a data-base de 30 de junho de 2025. A Seguradora não possuía registro contábil de contingência em 30 de junho de 2025 uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstra-se na sequência.

PIS/COFINS - Discute judicialmente a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. No âmbito do STJ, aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Seguradora em face da decisão que negou provimento ao Recurso Especial. No âmbito do STF, aquarda julgamento do Recurso Extraordinário. Em razão da admissibilidade do Recurso Extraordinário foi apresentado pela Seguradora pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário, o qual foi deferido pela Ministra Rosa Weber em 27 de abril de 2021. Posteriormente, em 05 de junho de 2024, o novo relator designado para o processo, Ministro Luiz Fux cassou o efeito suspensivo anteriormente concedido. A Seguradora interpôs Agravo Interno em face da decisão de reconsideração e, em 27 de junho de 2024, sobreveio nova decisão do Ministro Luiz Fux que concedeu o efeito suspensivo, pleiteado no agravo, portanto, atualmente, a Seguradora conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Tendo em vista que o tema ainda pende de decisão final no âmbito do STF, e tendo em vista que em oportunidade anterior a referida corte se manifestou de forma contrária a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas, os assessores legais da Seguradora seguem com a avaliação da probabilidade de perda como possível.

				Depósito		Valor do	risco
Nota	Tese	Período	Probabilidade	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
(1)	PIS/COFINS			-	-	26.689	26.414
(1.1)	COFINS Receita financeira Lei nº 12.973/2014	01/2016 a 06/2025	POSSÍVEL	-	-	22.890	22.628
(1.2)	PIS Receita financeira Lei nº 12.973/2014	01/2016 a 06/2025	POSSÍVEL	-	-	3.720	3.714
(1.3)	PIS/COFINS s/ juros	2016 01/2013 a	POSSÍVEL	-	-	79	72
(2)	PIS/COFINS Multa Multa ofício por compensação	10/2013 2014, 2017, 2019 e	POSSÍVEL	2.608	2.528	2.608	2.527
(3)	não homologada	2020	POSSÍVEL	-	-	-	76
Total ris	sco possível			2.608	2.528	29.297	29.017

**Nota (1) PIS/COFINS s/ Juros** - Discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança/juros na esfera administrativa. A decisão de 1ª instância foi improcedente e aguarda-se decisão de 2ª instância.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Nota (2) PIS/COFINS Multa – Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão de primeira instância favorável. Aguarda julgamento de Apelação da União. Aguardando o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário apresentado.

**Nota (3) Multa ofício por compensação não homologada -** Discute administrativamente a exigência de multa de ofício por compensação não homologada. Aguarda decisão definitiva, com a aplicação do julgamento do Tema nº 736 do STF, que julgou inconstitucional a multa isolada prevista em lei, para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão, para propiciar automática penalidade pecuniária. Processo encerrado favorável a Seguradora.

Lei nº 14.973/2024 de 16 de setembro de 2024 - Em 16 de setembro de 2024 foi publicada a Lei n.º 14.973 de 16 de setembro de 2024, que, dentre outras medidas, passou a prever novo critério de atualização dos depósitos referentes a processos administrativos ou judiciais de interesse da União Federal, inclusive os relativos a tributos e contribuições federais.

Em síntese, a referida norma legal:

- a) em seu art. 49, inciso IV, revogou a Lei n.º 9.703/1998, que estabelecia que os depósitos, judiciais e extrajudiciais, deveriam ser devolvidos aos contribuintes acrescidos de juros correspondentes à Taxa Selic;
- b) em seu art. 37, inciso II, determinou que esses montantes devem ser devolvidos "acrescidos de correção monetária por índice oficial que reflita a inflação", qual seja, o IPCA, índice oficial adotado pelo Governo Federal.

O artigo 38 dispõe que um ato do Ministério da Fazenda disporá sobre as questões relacionadas à execução da mudança legal relativa aos depósitos judiciais.

Já o artigo 40 da referida lei, dispõe que até a edição do ato de que trata o art. 38 desta Lei, permanecem em vigor as regulamentações editadas para tratar de depósitos judiciais realizados no interesse da União, de seus fundos, autarquias e fundações e de empresas estatais federais dependentes.

Considerando que até o encerramento do 1º semestre de 2025 o ato normativo do Ministério da Fazenda não havia sido publicado, a Companhia segue a orientação do artigo 40 da Lei n.º 14.973/2024.

#### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 505.166 (R\$ 505.166 em 31 de dezembro de 2024), e está representado por 55.471.444 ações ordinárias, sem valor nominal (55.471.444 ações em 31 de dezembro de 2024).

## b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social.

#### c) Reserva de investimentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Criada com o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. É constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

#### d) Ajuste de títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

## 24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

## a) Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistra	alidade	Comercialização		
Ramos de atuação	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	
Vida em grupo	310.037	339.997	64,27%	70,56%	21,01%	16,46%	
Pessoas individual	39.629	43.525	18,68%	21,99%	-0,16%	0,03%	
Demais ramos	27.428	27.280	24,18%	45,21%	25,57%	27,72%	
Total	377.094	410.802	56,56%	63,73%	19,11%	15,47%	

	30/06/2025	30/06/2024
b) Prêmios emitidos	418.185	436.375
Prêmios diretos e aceitos	514.196	550.411
Prêmios emitidos	566.731	661.560
Prêmios cancelados	(52.535)	(111.149)
Prêmios de cosseguros cedidos	(96.011)	(114.036)
c) Variação das provisões técnicas	(41.091)	(25.573)
Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	(25.658)	(23.367)
Provisão de excedente técnico – PET	(15.433)	(2.206)
d) Sinistros ocorridos	(213.296)	(261.817)
Sinistros	(202.664)	(244.095)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(3.279)	(4.886)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	5.090	(344)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(2.553)	(5.850)
Serviços de assistência	(3.479)	(3.495)
Ressarcimentos	543	1.026
Outras despesas com sinistros	(6.954)	(4.173)
e) Custo de aquisição	(72.076)	(63.550)
Comissões	(51.337)	(47.751)
Recuperação de comissões	8.306	7.618
Comissão de estipulantes	(28.818)	(19.293)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(227)	(4.124)
f) Outras receitas e despesas operacionais	(6.424)	2.284
Apólices e contratos	(2.653)	(1.111)
Despesas com cobrança	(1.686)	(1.750)
Despesas com títulos de capitalização	(952)	(628)
Contingências cíveis	`(75)	3.344
Endomarketing	(987)	(355)
Redução ao valor recuperável	(1.462)	2.926

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Outras despesas e receitas	1.391	(142)
g) Resultado com operações de resseguro	(1.448)	(5.326)
Receitas com resseguro	16.696	11.060
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	14.126	10.781
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	888	138
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(40)	69
Provisão de despesas relacionadas – PDR	Ì111	72
Receita com participação	1.611	-
Despesas com resseguro	(18.144)	(16.386)
Prêmio de resseguro	(20.387)	(18.877)
Prêmio de resseguro - reintegração	· ,	(9)
Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	2.232	2.646
Outros resultados com resseguro	11	(146)
h) Despesas administrativas	(61.299)	(42.038)
Pessoal próprio	(31.384)	(20.187)
Serviços de terceiros	(17.628)	(12.202)
Depreciações e amortizações	(5.234)	(3.326)
Localização e funcionamento	(2.157)	(1.769)
Publicidade e propaganda	(1.042)	(358)
Outras despesas administrativas	(3.854)	(4.196)
i) Despesas com tributos	(9.993)	(8.473)
COFINS	(7.354)	(6.410)
COFINS - Crédito tributário	(274)	124
PIS	(1.207)	(1.047)
PIS - Crédito tributário	(49)	21
Taxa de fiscalização	(882)	(882)
Outras despesas com tributos	(227)	(279)
i) Deputtede financeira	35.374	20.004
j) Resultado financeiro Receitas financeiras	40.698	29.984 30.927
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	13.136	9.942
Mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	21.668	20.657
Rendimento com equivalentes de caixa	64	20.037 58
Redução ao valor recuperável	-	6
Atualização monetária dos créditos tributários	17	2
Atualização monetária dos depósitos judiciais	171	151
Outras receitas financeiras	5.642	111
Despesas financeiras	(5.324)	(943)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(3.890)	443
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(698)	(779)
Taxa de administração	(551)	(541)
Redução ao valor recuperável	(71)	(0+1)
Despesas financeiras de juros	(114)	(66)
Boopoodo manondo do jaroo	( ' ' ' ' )	(30)

# 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

# a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

		30/06/2025		30/06/2024
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	44.763	44.763	60.841	60.841
Adições e exclusões permanentes	(13.651)	(13.651)	493	493
Adições e exclusões temporárias	(5.039)	(5.039)	(8.634)	(8.634)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	26.073	26.073	52.700	52.700

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	(7.822)	(7.822)	(15.810)	(15.810)
Resultado fiscal do semestre	18.251	18.251	36.890	36.890
Tributos calculados pela alíquota nominal	(4.551)	(2.737)	(9.210)	(5.533)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(3.215)	(1.929)	(6.111)	(3.667)
Incentivos fiscais	109	-	274	-
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(3.784)	(2.275)	-	-
Encargos sobre o lucro do semestre	(11.441)	(6.941)	(15.047)	(9.200)
Alíquota efetiva	44%	27%	29%	17%
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%

## b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	31/12/2024 (reapresentado)	Constituições	Reversões	30/06/2025
Tributos a compensar	1.305	38	(899)	444
PIS/COFINS .	6.893	342	(574)	6.661
Tributos retidos na fonte	97	21	(11)	107
Total circulante	8.295	401	(1.484)	7.212
Ativo não circulante				
Contingências tributárias	(600)	-	(104)	(704)
Contingências cíveis	4.729	2.274	(2.161)	4.842
Provisão para riscos de crédito	3.742	35.379	(35.029)	4.092
Provisão para participação nos lucros	3.462	16.847	(18.673)	1.636
Contingências trabalhistas	874	33	(440)	467
PIS COFINS s/ PSL/IBNR	9.646	654	(746)	9.554
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	158.399	-	(4.773)	153.626
Ajustes de títulos a valor justo TVM	27.682	-	(11.475)	16.207
Outras provisões	13.812	66	(73)	13.805
Total ativo não circulante	221.746	55.253	(73.474)	203.525
Ativo	24/42/2022	Constituiçãos	Davera ão o	20/06/2024
	31/12/2023	Constituições 1.183	Reversões	30/06/2024
Tributos a compensar PIS/COFINS	6.211	71	(565)	6.829
	*· <del>-</del> · ·		- (EGE)	102
Tributos retidos na fonte  Total circulante	31 <b>6.242</b>	<b>1.254</b> 1.183	(565)	6.931
Total circulante	6.242	1.103	(565)	6.829
Ativo não circulante				
Contingências tributárias	(545)	-	(28)	(573)
Contingências cíveis	4.828	4.297	(5.657)	3.468
Provisão para riscos de crédito	3.623	2.339	(3.355)	2.607
Provisão para participação nos lucros	3.467	23.239	(24.787)	1.919
Contingências trabalhistas	307	826	(171)	962
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	10.950	73	(546)	10.477
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	168.529	-	(6.324)	162.205
Ajustes de títulos a valor justo TVM	9.672	7.252	(52)	16.872
Outras provisões	13.805	-	· •	13.805
Total ativo não circulante	214.636	38.026	(40.920)	211.742

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização desses créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Ano	%
2025 (julho a dezembro)	3,40%
2026	8,02%
2027	8,68%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

 2028
 9,71%

 Anos subsequentes - até 2034
 70,19%

 Total
 100,00%

#### 26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 163 (R\$ 279 em 30 de junho de 2024).

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 — Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

					30/06/2025	3	1/12/2024		30/06/2024
Empresa		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (5)	Empresa ligada	-	290	12.887	(5.022)	-	-	1	(1)
Fundación MAPFRE (5)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	-	18	-
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	Empresa ligada	29	-	125	(10)	16	-	98	-
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	Acionista indireta	51	791	7.183	(5.963)	5	1.187	1.771	(2.976)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	Empresa ligada	698	293	2.397	(4.150)	284	153	710	(1.906)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)/(7)	Empresa ligada	35	100	313	(857)	16	43	150	(441)
MAPFRE Participações S.A. (5)/(8)	Acionista direta	-	-	-	-	-	13.942	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)/(6)	Empresa ligada	58	-	1.876	(2.253)	101	71	441	(388)
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. (4)	Empresa ligada	5.702	3.410	4.423	(4.131)	3.188	1.166	1.450	(3.508)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	Empresa ligada	11.964	8.580	5.689	(7.487)	6.891	3.412	4.371	(7.257)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(5)	Empresa ligada	1.119	-	53.675	(52.365)	2.969	589	24.870	(1.677)
MAWDY Ltda. (1)/(2)/(5)	Empresa ligada	61	24	487	(420)	23	150	346	(2.939)
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	11	-	66	(16)	7	-	56	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	17	33	256	(437)	6	36	-	(164)
Total		19.745	13.521	89.377	(83.111)	13.506	20.749	34.282	(21.257)

<sup>1)</sup> Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais esses definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

<sup>2)</sup> Refere-se a serviços de assistência 24h.

<sup>3)</sup> Refere-se à compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

<sup>4)</sup> Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas.

<sup>5)</sup> Refere-se seguro de vida da Seguradora.

<sup>6)</sup> Seguro de vida dos Administradores e Colaboradores.

<sup>7)</sup> Despesa com taxa de administração de investimentos.

<sup>8)</sup> Refere-se à distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

#### a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas do GRUPO MAFRE.

	30/06/2025	30/06/2024
Honorários	11.377	10.341
Benefícios	6.640	5.540
Bônus e participação nos lucros	13.587	10.539
Total	31.604	26.420

A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

# 28. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Seguradora.

#### b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Diretoria

Oscar Jose Celada Rodriguez – Diretor Presidente
Ana Paula Berniz Pin Modesto – Diretora de Recursos Humanos
André Conde Caselli – Diretor Geral de Tecnologia
Luiz Fernando Padial de Camargo – Diretor Geral Técnica
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux - Diretora de Controles Internos, Riscos e
Compliance

Hugo Sérgio de Assis Júnior – Diretor Geral de Estratégia e Transformação Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Diretor Financeiro Roberto Junior De Antoni – Diretor Geral de Operações Simone Pereira Negrão – Diretora Jurídica e Secretária Geral Brasil

Contadora

Tálita de Fiume CRC 1SP 333939/O-0

Atuária

Vera Lúcia Fernandes Lopes MIBA 817

# MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário permanente de assessoramento do Conselho de Administração. Atua de forma independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Independente e Interna.

É constituído atualmente por 3 (três) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

A atuação do Comitê alcança as seguintes Empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os Administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar, aprovar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades relativamente às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, supervisionados pelo Comitê de Auditoria, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos atos de gestão e dos controles internos, procedimentos e Políticas.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria independente das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Sua atuação deve obedecer às normas concernentes às atividades dos auditores independentes emanadas das autoridades brasileiras e, conforme o caso, estrangeiras.

#### **Principais Atividades**

O Comitê reúne-se mensalmente ou quando necessário for e faz diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e de controles internos e Auditorias Interna e Externa. O conteúdo das reuniões está registrado em atas, o que resumidamente detalha o cumprimento dos deveres do Comitê de Auditoria.

Nas reuniões de trabalho com Administradores, executivos e técnicos das diversas áreas das Empresas supervisionadas, o Comitê abordou neste semestre, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras, o Sistema de Controles Internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processos de gestão de riscos e relativos a Transações com Partes Relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos à gestão das Empresas objeto dos trabalhos.

A partir da interação com as equipes das Auditorias Interna e Independente, verificou e debateu os planejamentos, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos executados por ambas as equipes de auditoria e examinou as conclusões e recomendações.

# MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Consideradas as informações recebidas das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê não constatou a existência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram avaliadas pelo Comitê de Auditoria que discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos de forma a formar a sua própria opinião sobre tais Demonstrações Financeiras.

#### Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna atua de forma efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade compatível com os serviços prestados;
- b) As atividades da Auditoria Externa e suas conclusões também são base para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras em relação às quais não foram identificadas ocorrências materiais e não se verifica comprometimento à independência dos trabalhos desenvolvidos; e
- c) As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram aprovadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 30 de junho de 2025 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis Membro titular Rosana Passos de Pádua Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue
Coordenador e Membro Titular